



## MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



### ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER N.º 181 /2018

**REQUERIMENTO DE PARECER JURÍDICO.  
TERMO DE FOMENTO COM A SER ASSINADO  
COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS  
EXCEPCIONAIS (APAE). POSSIBILIDADE.  
INCIDÊNCIA DA LEI 13.019/14.**

O Sr. Secretário da Administração encaminhou a essa Assessoria os Autos do Processo 090/2018, indagando sobre a viabilidade do Município firmar Termo de Fomento com a APAE com fins ao repasse de recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente para execução do projeto "Sala de Atividades Vida Diária", anexo aos Autos, no valor de R\$ 4.538,99 (quatro mil quinhentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos).

Consta dos Autos a Reserva de Dotação Orçamentária para o ano de 2018, estando contida na Ação de Despesa nº 2110 (Serviço de Proteção Básica a Criança e Adolescente).

De posse das informações, esta Assessoria passa a analisar a questão.

Pela característica da entidade com a qual se pretende a formalização do Termo de Fomento, tem-se que a relação entre o Município e a entidade deverá ser regido pela Lei 13.019/14.

Por oportuno, pela existência de apenas uma entidade atuante na área em comento e pela singularidade do objeto do convênio, é caso de inexigibilidade da realização de Chamamento Público, em respeito ao determinado no *caput* do Art.

CENTRO ADMINISTRATIVO OLAVO STEFANELLO

Rua Tiradentes, 700 - Ibirubá/RS - CEP 98.200-000 Fone 0XX.54.3324-8500 FAX 0XX.54.3324-8505 Site [www.ibiruba.rs.gov.br](http://www.ibiruba.rs.gov.br)  
CNPJ 87.564.381/0001-10 E-mail [geral@ibiruba.rs.gov.br](mailto:geral@ibiruba.rs.gov.br)

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"



## MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



31da Lei 13.019/14, conforme se colaciona a seguir.

Art. 31. **Será considerado inexigível o chamamento público** na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Desta forma, para fins de validade, será necessária a justificação da não realização do chamamento público.

Por fim, embora a não obrigatoriedade da realização do chamamento público, a APAE deverá adequar-se às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/14 (Lei do Marco Regulatório) quanto aos procedimentos e prestação de contas, uma vez que não são dispensadas as demais obrigações impostas pela Lei.

Salvo melhor juízo, é o parecer que encaminhamos à consideração superior.

Ibirubá/RS, em 17 de outubro de 2018.

Luiz Felipe Waihrich Guterres  
Assessor Jurídico  
OAB-RS nº 86.826